

Parecer de Jutahy altera projeto sobre usucapião

O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — O senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) apresentará hoje, às 18 horas, perante a Comissão Mista do Congresso Nacional, seu parecer ampliando o projeto de lei do Governo que dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais.

Após consultar e receber o apoio do Governo, Jutahy Magalhães alterou o projeto original, incluindo substitutivo que determina que o usucapião incidirá sobre terras particulares e abrangerá 25 hectares (a área anteriormente prevista era de 20 hectares). Desta forma, prevalecerá a área do módulo rural, que poderá ir até 120 hectares.

Em sua justificativa, o relator dirá que essas modificações são necessárias a uma política fundiária voltada para os interesses do campo e representam a média do pensamento de parlamentares de todos os partidos, os quais consultou enquanto preparava o parecer e o substitutivo.

Dirá ainda que acatou parcialmente cerca de 70 por cento das 102 emendas apresentadas ao projeto do Executivo e explicará porque não concordou com as sugestões de estender aos imóveis urbanos o usucapião especial.

Segundo Jutahy Magalhães, é preciso que o Governo encaminhe urgentemente ao Congresso Nacional um projeto propondo medidas para garantir aos moradores de favelas, mocambos e palafitas os

mesmos direitos que com o projeto ora em tramitação são assegurados aos ocupantes de imóveis rurais.

O senador fez apenas pequenas alterações, a maioria de ordem semântica, no esboço do substitutivo que apresentou semana passada aos membros da Comissão Mista encarregada de examinar o projeto. Hoje pela manhã, seu parecer, que segundo afirmou depende somente de algumas consultas no campo jurídico, estará pronto em definitivo, pois não admitirá a mudança "nem de uma vírgula".

OAB

O primeiro-secretário da Ordem dos Advogados do Brasil — seccional do Rio, Hélio Sabóia, disse ontem que o projeto do usucapião deve ser modificado no item que exclui as áreas indispensáveis à segurança nacional, observando que de acordo com a Constituição Federal poderão estar incluídas neste caso todas as terras situadas em determinados municípios, como Angra dos Reis e Volta Redonda, entre outros.

Ele sugeriu que a OAB-RJ se pronuncie imediatamente sobre o projeto do Executivo, uma vez que a medida, "em seus aspectos genéricos, merece o endosso dos advogados fluminenses, que como toda a Nação, há muito se preocupam com as graves tensões existentes na área rural, decorrentes de indefinições a respeito dos problemas fundiários".